

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA – STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL



APRESENTAÇÃO
PRINCIPAIS AÇÕES
DESAFIOS
DEMONSTRATIVOS CONTÁBEIS
NOTAS EXPLICATIVAS
ANEXOS
DECLARAÇÃO DO CONTADOR

UG 050001
AGOSTO DE 2022

I – APRESENTAÇÃO

Criado pela Constituição Federal de 1988, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) é a Corte responsável por uniformizar a interpretação da lei federal em todo o Brasil. É de sua responsabilidade a solução definitiva de casos civis e criminais que não envolvam matéria constitucional nem a Justiça especializada. Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados funciona junto ao Tribunal.

Quanto à atividade de conformidade contábil, cabe relatar que esse procedimento tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do Governo Federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NCB TSP 11 e NBC T16.11, é informada pela Secretaria de Orçamento e Finanças desta Corte na seção ‘Resultados da Gestão’ inserida no Relatório de Gestão do Exercício de 2021.

II – PRINCIPAIS AÇÕES

A Setorial Contábil do STJ tem buscado incessantemente aperfeiçoar a qualidade das informações contábeis sob sua responsabilidade, executando, entre outras atividades:

1. A análise integral das folhas de pagamento de pessoal, tendo em vista que as despesas dessa natureza consomem acima de 70% (setenta) por cento dos recursos orçamentários previstos na Lei Orçamentária e que são destinados a este Órgão;
2. O acompanhamento mensal da gestão patrimonial do STJ, por meio de análises do Relatório de Movimentação de Almoxarifado (RMA) e Relatório de Movimentação de Bens (RMB);
3. A conciliação contábil de contratos, garantias, termos de execução descentralizada, retenção de fornecedores, créditos administrativos, registros de intangíveis e imóveis sob gerência deste órgão;
4. A verificação da execução dos pagamentos de passivos de precatórios e requisições de pequeno valor, da União, de entidades federais e demais entes da Federação;
5. O acompanhamento dos restos a pagar, visando à redução do estoque com a finalidade de minimizar os impactos no limite financeiro imposto pelos normativos federais relacionados a esta matéria.

III – DESAFIOS

Os desafios para se alcançar a eficiência da conformidade contábil neste Tribunal incluem:

1. Aprimorar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira, sempre observando as orientações do Órgão Central de Controle Externo e da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com

vistas a permitir que Balanços Contábeis reflitam a exata execução da Lei Orçamentária Anual e os registros patrimoniais afins;

2. Garantir a correta contabilização de todos os fatos e os atos orçamentários, financeiros e patrimoniais desta Corte, por meio da aplicação de normas de contabilidade pública, demonstrando com fidelidade as ações realizadas;

3. Trabalhar estrategicamente pela satisfação dos públicos externo (sociedade e Tribunal de Contas) e interno (ordenador de despesa, auditoria interna, áreas de gestão orçamentária e financeira), por meio da prestação adequada de serviços contábeis, com qualidade e celeridade, tendo como foco a aplicação correta das normas federais correlatas à matéria.

IV – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As Demonstrações Contábeis do STJ são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei 4.320/1964, do Decreto-Lei 200/1967, do Decreto 93.872/1986, da Lei 10.180/2001 e da Lei Complementar 101/2000, a partir das informações constantes no SIAFI. Abrangem, também, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), do Conselho Federal de Contabilidade (CFC); o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP); e o Manual do SIAFI. Com isso, almeja-se aumentar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras desta Corte, além de possibilitar sua comparabilidade com outras unidades integrantes do SIAFI.

Ressalta-se que o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) não compõe as Demonstrações Contábeis em questão, pois, conforme estipula o MCASP (2018, 8ª ed.), sua publicação é obrigatória somente para as empresas estatais dependentes constituídas sob a forma de sociedades anônimas. Tendo em vista que o STJ não se enquadra como tal, a DMPL não será apresentada.

Por sua vez, as Notas Explicativas (NE), integrantes das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público (DCASP), são constituídas de informações relevantes, complementares ou suplementares destas, com o intuito de facilitar a compreensão das informações pelos diversos usuários. As políticas e os critérios contábeis estão segregados em cada balanço para melhor compreensão do usuário, sendo que as mesmas podem abranger mais de um demonstrativo, e esta disposição de dados é permitida pelo item 8, parte V, MCASP^{8º} – Notas Explicativas às DCASP c/c NBC TSP 11, itens 127 a 148.

As Demonstrações Contábeis da UG – Secretaria do Superior Tribunal de Justiça – a seguir transcritas contemplam a execução do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social **até 31 de agosto de 2022**.

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

Evidencia os ativos, os passivos e o patrimônio líquido, além de demonstrar sua evolução em 2022 em relação a dezembro de 2021. Os ativos compreendem os saldos de recursos financeiros e patrimoniais controlados pelo Superior Tribunal de Justiça com capacidade de geração de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, ao passo que os passivos compreendem os saldos de suas obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e com alta probabilidade de desembolso futuro. O patrimônio líquido (PL) representa a diferença entre o total dos ativos e o total dos passivos, sendo uma importante referência sobre a situação financeira desta Corte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional do STJ é o Real e os saldos em moedas estrangeiras, quando ocorrem, são convertidos para a moeda funcional, empregando-se a taxa de câmbio vigente na data das demonstrações contábeis.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria – conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986 –, é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original e suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculados por meio do aplicativo ‘Sistema de Débito’ disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta ‘Demais Créditos e Valores a Curto Prazo’.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo 'Sistema de Débito' do sítio *web* do Tribunal de Contas da União. Os créditos inferiores a R\$ 1.000,00 (mil reais) não são inscritos em dívida ativa, conforme comandos da Portaria/MF 75/2012, mas são registrados no SIAFI da UG 050001. Esses créditos, não alcançando o valor mínimo de inscrição em dívida ativa, após cinco anos, são baixados em conta de ajustes de perdas.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis e reconhecido, inicialmente, com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, à redução ao valor recuperável e/ou reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

O gerenciamento dos inventários patrimoniais desta Corte é executado por sistema informatizado próprio, ora denominado Sistema Administra, no qual são executados os cálculos das depreciações, amortizações, avaliações, dentre outras rotinas.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção, deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

DEPRECIÇÃO

A depreciação se refere ao decréscimo no benefício de um bem tangível durante o período contábil decorrente de sua utilização, tendo em vista a deterioração/obsolescência e a utilidade desse bem à instituição. Constam na Instrução Normativa STJ/GP 20, de 22 de novembro de 2019, as metodologias de cálculos da depreciação e da avaliação dos bens móveis e imóveis e a amortização de intangíveis desta Corte (<https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>).

DEPRECIÇÃO DE BENS MÓVEIS

A base de cálculo para a depreciação de bens móveis é o custo do ativo imobilizado, compreendendo tanto os custos diretos quanto os indiretos. A depreciação destes bens móveis ocorre a partir do primeiro dia do mês seguinte à data de seu tombamento, tendo como método de cálculo o das quotas constantes, que consiste em depreciar mensalmente do saldo do bem um valor fixo calculado previamente.

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUNET

O valor depreciado dos bens imóveis do STJ é apurado, mensal e automaticamente, pelo Sistema SPIUnet, sobre o valor depreciável do bem, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle (art. 7º da Portaria Conjunta STN/SPU 703, de 10/12/2014). A depreciação é calculada a partir do dia em que o bem for colocado em condições de uso. A vida útil é definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada é zerada e reiniciada a partir do novo valor.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis. Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações. Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de precatórios e RPV nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2019.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

Provisões para as despesas, cujo fato gerador já tenha ocorrido, mas os procedimentos da liquidação da despesa ainda não tenham sido concluídos, a serem sensibilizadas no pagamento de Restos a Pagar não Processados (RPNP).

ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações contábeis. Quando relevantes, são registrados em contas de controle e evidenciados em Notas Explicativas (NE).

RESULTADO DO EXERCÍCIO

O Resultado do Exercício é o saldo resultante da comparação entre as Variações Patrimoniais Ativas (VPA) e as Variações Patrimoniais Passivas (VPD) com superávits ou déficits do exercício e superávits ou déficits acumulados no saldo de ajustes dos Exercícios Anteriores.

SALDO PATRIMONIAL

É a diferença entre o total do ativo (ativo financeiro + ativo permanente) formado pela soma dos grupos Ativo Circulante e Ativo Não Circulante, e o total do passivo (passivo financeiro + passivo permanente), composto pela soma dos grupos Passivo Circulante e Passivo Não Circulante com o total inscrito em

Restos a Pagar Não Processados (RPNP) no exercício e com os Restos a Pagar Não Processados inscritos no ano anterior, mas ainda não liquidados no exercício corrente.

DEMONSTRATIVO

ATIVO	NE	AGO22 (R\$)	DEZ21 (R\$)
ATIVO CIRCULANTE		750.616.305,17	397.016.193,25
Caixa e Equivalente de Caixa	01 (p. 8)	738.215.486,72	373.294.689,09
Créditos de Curto Prazo	02 (p. 9)	8.424.238,37	20.533.856,75
Demais Créditos e Valores	02 (p.9)	8.424.238,37	20.533.856,75
Estoques	03 (p. 10)	3.933.488,03	3.155.526,34
VPDs Pagas Antecipadamente		43.092,05	32.121,07
ATIVO NÃO CIRCULANTE		525.605.848,39	431.449.332,36
Ativo Realizável a Longo Prazo		128.975,52	139.614,15
Demais Créditos e Valores a LP	02 (p. 9)	679.815,04	776.256,32
(-) Ajustes Perdas em Cred a LP	02 (p.9)	-550.839,52	-636.642,17
Imobilizado	04 (p. 10)	476.261.415,94	385.391.274,45
Bens Móveis		58.920.351,64	65.355.398,76
Bens Móveis		92.899.526,75	88.969.495,96
(-) Depreciação		-33.979.175,11	-23.614.097,20
Bens Imóveis		417.341.064,30	320.035.875,69
Bens Imóveis	11 (p. 17)	417.385.654,81	320.401.378,08
(-) Depreciação		-44.590,51	-365.502,39
Intangível	05 (p. 11)	49.215.456,93	45.918.443,76
(-) Amortização		-279.921,84	-182.748,50
TOTAL		1.276.222.153,56	828.465.525,61

PASSIVO + PATRIMÔNIO LÍQUIDO	NE	AGO22 (R\$)	DEZ21 (R\$)
PASSIVO CIRCULANTE		186.962.518,49	185.322.259,11
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg CP	06 (p. 11)	73.511.869,02	56.915.299,35
Fornec. e Contas a Pagar – CP		11.284.793,31	1.211.407,48
Obrig. Fiscais a Curto Prazo		-	-
Provisões a Curto Prazo	06 (p. 11)	16.255.266,34	41.956.844,30
Demais Obrigações a CP		85.910.589,82	85.238.707,98
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35
Obrig. Trab/Prev/Ass. a Pg. LP		-	-
Provisões a Longo Prazo	07 (p. 12)	33.542,35	33.542,35
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.089.226.092,72	643.109.724,15
Demais Reservas		17.540,58	1.565,58
Resultado Acumulados		1.089.208.552,14	643.108.158,57
Resultado do Exercício		476.096.431,63	38.115.228,34
Result. de Exerc. Anteriores		643.108.158,57	576.922.359,13
Ajustes de Exerc. Anteriores		-29.996.038,06	28.070.571,10
TOTAL		1.276.222.153,56	828.465.525,61

DEMAIS INFORMAÇÕES PATRIMONIAIS

DESCRIÇÃO	NE	AGO22 (R\$)	DEZ21 (R\$)
1. SALDO PATRIMONIAL			
Ativo Financeiro + Ativo Permanente		1.276.222.153,56	828.465.525,61
Passivo Financeiro + Passivo Permanente		(668.279.581,86)	(227.316.744,20)
TOTAL	08 (p. 13)	607.942.571,70	601.148.781,41
2. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES ATIVAS			
Garantias/Contrag. Rec.a Exec Dir.Conv/Instr/Cong. a Rec.		20.760.015,16 -	22.049.669,60 -
TOTAL	09 (p. 13)	20.760.015,16	22.049.669,60
3. QUADRO DAS COMPENSAÇÕES PASSIVAS			
Exec. dos Atos Potenciais		332.148.828,77	360.639.613,77
Ob. Conv./Out/Inst. Cong.a Lib.		3.686.621,07	2.816.410,72
Obrig. Contratuais em Execução		328.462.207,70	357.823.203,05
TOTAL	10 (p. 13)	332.148.828,77	360.639.613,77
4. DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
Destinação de Recursos			SUPERÁVIT/DÉFICIT
Recursos Ordinários			176.337.387,96
Recursos Vinculados			-11.520.938,58
TOTAL	08 (p. 13)		164.816.449,38

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

A segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ que estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 100, 144 e 188 equivalem a 97,7% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais desta Corte, sem contrapartida.

NOTA 02 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito desta Corte em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs)”.

Constam da tabela a seguir os saldos dos referidos créditos, estando os TEDs detalhados no Anexo VI.

CONTAS	AGO/22 (R\$)	DEZ/21(R\$)	AH(%)
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	70.025,19	19.047.706,22	-99,63%
Créditos a Receber p/ Danos ao Patrim. – Folha de Pgto.	642.979,30	682.908,72	-5,85%
Créd. a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	113.294,93	113.294,93	0,00%
Créditos a Receber p/ Dolo, Má-fé ou Fraude	6.685.502,31	0,00	100,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	103.288,21	261.873,49	60,56%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	1.466.978,70	1.191.456,71	23,12%
TOTAL	9.082.068,64	21.297.240,07	-57,36%

“Créditos a Receber por Cessão de Pessoal” – A redução observada decorre de ressarcimentos de salários e encargos sociais recebidos no decorrer deste exercício, destacando-se: a Secretaria de Estado de Economia do Distrito Federal, que tinha R\$ 124.482,39 a ressarcir no final do exercício passado. Agora, ela tem R\$ 4.566,74; o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás que, no início do presente exercício, tinha R\$ 109,343,41 e agora tem R\$ 95.095,11; e a Empresa de Pesquisa Energética (EPE), que reduziu de R\$ 26.627,31 para o valor atual de R\$ 2.142,26.

“Adiantamentos Concedidos a Pessoal” – Quase totalidade do saldo refere-se aos acertos dos adiantamentos de 13º salário e férias (1/3 constitucional) concedidos aos servidores em dezembro de 2021, cuja baixa foi efetuada na folha de pagamento de janeiro do corrente exercício.

“Crédito a Receber por dolo, má-fe ou fraude” – Devido pelo CPF nº 835.901.377-20, pelo recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/5/2016, de aposentadoria de servidora apontada como falecida em 13/10/1999.

“Ajustes para Eventuais Perdas” – Saldo atual de R\$ 550.839,52 constituído em atendimento à Macrofunção 020342 para fazer frente às perdas pelo não recebimento de créditos por danos ao patrimônio. No período de 2019 a 2021, nenhum crédito administrativo foi pago a este Tribunal. No mesmo período, parte dos créditos foram baixados em virtude de sua inscrição em dívida ativa no âmbito da União ou por prescrição autorizada pelo Diretor-Geral deste STJ nos percentuais de 0,13%, 1,59% e 1,56%. A memória de cálculo está discriminada a seguir:

Memória de Cálculo (Contas 113410101; 113410102, 121210401 e 121210402)			
	2019	2020	2021
Cred. Adm. Danos ao Patrimônio (A)	R\$ 691.973,32	R\$ 775.461,25	R\$ 796.203,65
Baixas Diversas* (B)	R\$ 870,98	R\$ 12.327,43	R\$ 12.389,27
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	0,13%	1,59%	1,56%
Créd. Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	R\$ 691.102,34	R\$ 763.133,82	R\$ 783.814,38
Créditos Administrativos Recebidos (E)	R\$ -	R\$ -	R\$ -
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,00%

NOTA 03 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almoxarifado do STJ, conforme Anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 3.933.488,03;
- Entradas: R\$ 4.660.719,89;
- Saídas (baixa por consumo): R\$ 3.882.758,20;
- Observa-se a variação positiva de 24% entre o saldo final de 2021 e o acumulado do presente exercício, o que se justifica, entre outros fatores, pelas seguintes variações:

Material Odontológico (329,49%), cuja maior aquisição refere-se à compra de escova de dente e creme dental, ambas na quantidade de 3.000 unidades;

Material para Manutenção de Bens Móveis (151,6%), aquisição de materiais diversos para marcenaria; e

Material Elétrico e Eletrônico (71,53%) e Material de Proteção e Segurança (366,10%), nestes dois últimos, as maiores aquisições referem-se à modernização do sistema de detecção e alarme de incêndio no âmbito desta corte.

NOTA 04 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 476.261.415,94 sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis.

BENS MÓVEIS

Consta do Anexo III o Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB) elencando os itens patrimoniais por categoria. Destacam-se as seguintes informações:

- Saldo atual: R\$ 88.592.659,01;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 4.362.719,45;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 607.660,26.

Comparando o saldo final de bens móveis apresentado no RMB com o registrado no SIAFI, verifica-se uma diferença de montante de R\$ 4.306.867,74. A referida situação se justifica pelo fato de o sistema de gestão patrimonial do STJ, o Administra, não registrar a execução parcial de contratos. Outro fato é que as aquisições de Material de Uso Duradouro são controladas no RMA e não no RMB.

Há uma variação positiva de 4,43% entre o saldo do RMB do encerramento do exercício anterior em relação ao acumulado até o presente mês, merecendo destaque a aquisição de aparelhos domésticos (38,99%) e a aquisição de computadores (346,16%).

DEPRECIÇÃO

A variação expressiva na conta de depreciação entre o encerramento do exercício e o período em análise, no total de R\$ 10.419.662,42, se deve ao decréscimo constante do valor contábil dos bens móveis em decorrência do seu uso.

BENS IMÓVEIS

Os “Bens Imóveis de Uso Especial” estão registrados no sistema SPIUnet e se referem aos imóveis sob gerência desta Corte, estando todos localizados em Brasília.

O saldo atual dos referidos bens, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 44.590,51 e do valor referente a instalações ainda não incorporadas ao valor do respectivo imóvel no valor de R\$ 291.760,97, consta do Anexo V no valor de R\$ 417.079.194,84. Ressalta-se que esses imóveis foram reavaliados em 6/1/2022 com base na Lei GDF 7.044, de 29/12/2021, publicada no DODF 244 de 30/12/2021, no percentual de 10,42%.

Convém esclarecer que a diferença entre a depreciação acumulada em dezembro de 2021 (R\$ 365.502,39) e a atual decorre de conciliação, feita pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN), entre os dados constantes dos sistemas SIAFI e SPIUnet, consoante comunica documento encaminhado por aquela Secretaria de número 2022/0707140.

NOTA 05 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa os *softwares* adquiridos e/ou desenvolvidos por este órgão cujo saldo no SIAFI, até a presente data, é de R\$ 49.215.456,93.

Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2021, constata-se um aumento aproximado de 7,18%. A amortização acumulada do período é de R\$ 279.921,84.

NOTA 06 – PASSIVO CIRCULANTE

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Em atenção à orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, em seu comunicado 2021/0019510, de 5/1/2021, e do Acórdão TCU 1331/2019, alteraram-se os critérios contábeis relativos aos débitos judiciais de precatórios e RPVs. A partir de 2021, os débitos dessa natureza, apropriados no exercício anterior, são registrados nos passivos dos órgãos devedores, sensibilizando nos demonstrativos contábeis desta Corte apenas a conta de controle 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário).

A Coordenadoria de Processamento de Feitos em Execução Judicial (CEJU/STJ), em resposta às recomendações do TCU no Acórdão 1.331/2020, seção 5.3.1.7 item 1.12 (Processo STJ 00072/2021), informou que “as contas de precatórios expedidos pelo STJ não são canceladas por força da Lei

13.463/2017”. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 2/7/2021 e 31/12/2021 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2022.

FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR – CURTO PRAZO

A variação observada neste grupo se refere, na maior parte do saldo, à anulação de empenhos emitidos para pagamento de despesas de exercícios anteriores (DEA), com o conseqüente retorno dos saldos respectivos para a conta de passivo 21311.04.00, ISF ‘P’, quais sejam: 2022NE000037, 2022NE000048, 2022NE000050 e 2022NE000050, que somados perfazem a monta de R\$ 5.960.000,00.

PROVISÕES A CURTO PRAZO

As provisões foram constituídas no encerramento de 2021 no total de R\$ 41.956.844,30 para viabilizar o reconhecimento de despesas cujo fato gerador ocorreu naquele exercício, mas sua efetiva liquidação ocorreu ou ocorrerá em 2022. Em atenção à Macrofunção 020318, item 5.3.10.1, as contas de provisão deste grupo, serão a seguir detalhadas:

- **21711.01.00** – Provisão para indenizações trabalhistas (R\$ 7.100,01 – RPNP auxílio-moradia);
- **21791.05.00** – Provisão para Serviços de Terceiros (R\$ 35.412.329,65, relativo a RPNP com diversos serviços de terceiros, como: plano de saúde – Pró-Ser, serviços de prestação continuada como limpeza, conservação, manutenção e conservação predial, água, esgoto, energia elétrica, entre outros);
- **21791.99.00** - Outras Provisões de Curto Prazo (R\$ 6.241.039,03, outros RPNP, como: obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas entre outros;
- O saldo atual das provisões é de R\$ 16.255.266,34.

DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO – PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

O Saldo de R\$ 80.610.919,76 registrado na conta 218911300 (Precatórios de Terceiros) decorre de: inscrição de R\$ 70.438.247,72 em restos a pagar processados (RPP), pendente de pagamento devido a sobrestamento judicial ainda não deliberado; e R\$ 10.172.672,04 ao reforço da nota de empenho 2021NE000934 no dia 28/12/2021 para cobrir despesas com precatórios.

NOTA 07 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO

Tendo em vista procedimentos administrativos internos não finalizados para a liquidação das despesas de pessoal relacionadas no processo STJ 29.940/2015, constituíram-se provisões para perdas administrativas no total de R\$ 33.542,35, sendo: R\$ 13.579,23, imputados ao CPF 549.151.987-15; e R\$ 19.963,12 ao CPF 660.522.209-10.

NOTA 08 – SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

O saldo deficitário de R\$ 164.816.449,38 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, até a presente data, é maior que os recursos financeiros disponíveis para suas liquidações. A diferença será equalizada na medida em que o STJ receber todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA).

NOTA 09 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Os saldos potenciais ativos dizem respeito às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 20.760.015,16 está assim distribuído: R\$ 20.481.913,53 (98,66%) – Seguros Garantias; R\$ 278.101,63 (1,34%) – Fianças; e R\$ 0,00 (0,00%) – Cauções.

NOTA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 332.148.828,77, estão relacionados aos Termos de Execução Descentralizada (TEDs) e aos contratos firmados entre o STJ e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

O total registrado dos TEDs é de R\$ 8.305.292,26, dos quais foram repassados R\$ 4.617.671,19. Repasses comprovados até o momento perfazem a monta de R\$ 3.151.692,49. Já o total a repassar é de R\$ 3.686.621,07, conforme demonstrado no Anexo VI.

As obrigações contratuais **em execução** atualmente alcançam o volume de R\$ 328.462.207,70 assim distribuídos: a) R\$ 310.590.592,21 – Serviços; b) R\$ 187.994,77 – Aluguéis; c) R\$ 17.663.898,75 – Fornecimento de Bens; e d) R\$ 19.721,97 – Seguros. Os compromissos contratuais relacionados com serviços representam aproximadamente 94,56% do total das obrigações assumidas pelo STJ na categoria de atos potenciais passivos.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

Evidenciam as alterações verificadas no patrimônio do STJ, resultantes ou independentes da execução orçamentária, indicando o resultado patrimonial do exercício. A Demonstração de Variação Patrimonial (DVP) tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

RESULTADO PATRIMONIAL

O resultado patrimonial do período é apurado nesta demonstração pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passará a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) no encerramento do exercício. A DVP permite a análise de como as políticas adotadas pelo STJ provocaram alterações no patrimônio desta Corte, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

TAXAS

Referem-se às custas judiciais de interposição de recursos e/ou ajuizamento de ações originárias nesta Corte. Apesar destes valores sensibilizarem a conta SIAFI 'Taxa pela Prestação de Serviços', os referidos recursos financeiros são creditados diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional, tendo como favorecida a Coordenação-Geral de Programação Financeira.

EXPLORAÇÃO DE BENS, DIREITOS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

A maioria das receitas deste grupo está relacionada com a arrecadação de receitas de serviços administrativos e cessão de espaços internos para exploração de serviços diversos (restaurantes, bancos, entre outros).

TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS

Saldos em sua maioria relacionados com as cotas recebidas e disponibilizadas pela STN geralmente nas fontes 0100, 0153, 0156 e 0169.

OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

Grupo relacionado com indenizações e restituições no qual os pagamentos de ajuda de custos e auxílio-moradia compõem praticamente o saldo deste grupo.

RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do Resultado Patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPAs) e das variações patrimoniais diminutivas (VPDs).

As VPAs são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às receitas tributárias e transferências recebidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

As VPDs são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo a lógica do regime de competência. A exceção refere-se às despesas oriundas da restituição de receitas tributárias e transferências concedidas, que seguem a lógica do regime de caixa.

A apuração do resultado se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta de Superávit/Déficit do Exercício.

DEMONSTRATIVO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		33.871.060,99	33.071.425,32
Taxas		33.871.060,99	33.071.425,32
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		521.305,26	712.539,76
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		440,86	896,94
Transferências e Delegações Recebidas		1.748.304.319,23	1.503.859.927,14
Outras Transferências e Delegações Recebidas		750,00	2.291.170,85
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		100.032.398,08	9.973.670,42
Reavaliação de Ativos		96.783.064,60	9.009.788,09
Ganhos com Incorporação de Ativos		985.269,49	748.864,73
Ganhos com Desincorporação de Passivos		2.264.063,99	215.017,60
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		33.335.923,12	1.947.518,98
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas		24.961.711,48	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas		8.374.211,64	1.947.518,98
TOTAL	11 (p. 17)	1.916.065.447,54	1.549.565.978,56

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R\$)	2021 (R\$)
Pessoal e Encargos		584.380.058,72	612.535.294,11
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		273.266.570,09	258.555.646,12
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		196.818.413,59	157.039.158,96
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		309,54	-
Transferências e Delegações Concedidas		98.173.740,12	116.429.668,63
Transferências Intragovernamentais		97.676.006,28	114.117.957,78
Outras Transferências e Delegações Concedidas		497.733,84	2.311.710,85
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		283.391.135,04	20.624.685,80
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas		5.252,78	669.724,21
Perdas Involuntárias		-	43.183,12
Incorporação de Passivos		281.615.331,54	19.259.036,44
Desincorporação de Ativos		1.770.550,72	652.742,03
Tributárias		77.379,46	148.219,90
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		32.180,48	33.460,77
Contribuições		45.198,98	114.759,13
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		3.861.409,35	3.532.523,07
TOTAL	12 (p. 18)	1.439.969.015,91	1.168.865.196,59
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	13 (p. 18)	<u>476.096.431,63</u>	<u>380.700.781,97</u>

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 11 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

	AGO22 (R\$)	AGO21 (R\$)	AH (%)
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	1.916.065.447,54	1.549.565.978,56	23,65%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	33.871.060,99	33.071.425,32	2,42%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	521.305,26	712.539,76	-26,84%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	440,86	896,94	-50,85%
Transferências e Delegações Recebidas	1.748.304.319,23	1.503.859.927,14	16,25%
Outras Transferências e Delegações Recebidas	750,00	2.291.170,85	-99,97%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	100.032.398,08	9.973.670,42	902,96%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	33.335.923,12	1.947.518,98	1.611,71%

“Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” – Se deu em virtude de reavaliação atípica pelo GDF dos edifícios-sede do STJ e do Clube Social (ver 2022NL800001 a 2022NL800007), no valor total de R\$ 96.783.064,60, conforme se observa no Razão da conta 46111.02.00 e na ‘**Nota 04**’.

“Outras Transferências e Delegações Recebidas” – Decorreu da transferência de um galpão, situado na SGO Quadra 04, efetuada pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU) (UG 170021) para o STJ, sendo tal bem avaliado em R\$ 2.242.052,35, conforme se pode observar em consulta ao Razão da Conta 45912.01.00 (Doações/Transferências Recebidas) no mês de janeiro do ano anterior e também no Sistema SPIUnet RIP 9701 23707.500-0.

Destaca-se que esse lançamento foi retificado pela SPU, vide Razão da Conta 35912.01.00 (Doações/Transferências Concedidas), ainda no mês de janeiro/2021 (2021NL800009 e 2021NL800010), ocasionando uma grande diferença, também, nas Variações Patrimoniais Diminutivas, Item ‘Outras Transferências e Delegações Concedidas’, conforme ‘**Nota 12**’.

“Outras Variações Patrimoniais Aumentativas” – Originou-se do registro de crédito administrativo a receber por dolo, má-fé ou fraude na conta contábil 11341.01.04 conforme explicado anteriormente na ‘**Nota 02**,’ e de uma série de reversão de provisões, conforme explicado na ‘**Nota 06**’ e apontado no SIAFI Operacional na conta 49711.01.00.

NOTA 12 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

	AGO22 (R\$)	AGO21 (R\$)	AH (%)
(-) VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	1.439.969.015,91	1.168.865.196,59	23,19%
Pessoal e Encargos Sociais	584.380.058,72	612.535.294,11	-4,60%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	273.266.570,09	258.555.646,12	5,69%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	196.818.413,59	157.039.158,96	25,33%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	309,54	-	100,00%
Transferências e Delegações Concedidas	98.173.740,12	116.429.668,63	-15,68%
Outras Transferências e Delegações Concedidas	497.733,84	2.311.710,85	-78,47%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	283.391.135,04	20.624.685,80	1274,04%
Tributárias	77.379,46	148.219,90	-47,79%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	3.861.409,35	3.532.523,07	9,31%

“Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” – Representam, no período analisado, aproximadamente 68,57% da totalidade das VPDs. Isso se deve ao fato de que o Poder Judiciário tem seu orçamento voltado exclusivamente para a prestação de serviço jurisdicional e para o funcionamento de sua estrutura. A folha de pagamento de pessoal consome cerca de 80% de todo o orçamento no decorrer do ano.

“Transferências e Delegações Concedidas” – Deve-se primordialmente à devolução para a STN, em 2021, de sobra de recursos no valor total de R\$ 63.231.626,45.

“Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” – Ocorreu basicamente pela incorporação de passivos para pagamento de RPVs, no valor total acumulado de R\$ 281.615.331,54, em 2022, com a transferência do passivo do órgão de origem (real devedor) para os demonstrativos do STJ (responsável pelo pagamento). Vide Razão da conta 36412.01.00 (Incorporação de Passivos).

NOTA 13 – RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO

O aumento no resultado patrimonial decorre, entre outros motivos, do maior volume de transferências e delegações recebidas na comparação entre **agosto** de 2021 (R\$ 1.748.304.319,23) e **agosto** de 2022 (R\$ 1.503.859.927,14).

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

Apresenta o demonstrativo das receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo. Evidenciam, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei 4.320/1964. Desse modo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas. O resultado orçamentário representa o confronto entre as receitas orçamentárias realizadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

Ao se confrontar, num dado momento, as receitas e as despesas previstas na lei orçamentária para o STJ com aquelas efetivamente realizadas, é possível concluir se houve superávit, déficit ou equilíbrio orçamentário no Órgão.

DEMONSTRATIVO

DA EXECUÇÃO DAS RECEITAS E DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS (R\$)

RECEITAS	NE	PREV. INC.(a)	PREV. ATUALIZ.(b)	RECEITAS REALIZ.(c)	SALDO (d)=(c-b)
Receitas Correntes	4 (p. 20)	387.857,00	387.857,00	24.026.635,63	23.638.778,63
Receitas Tributárias		-	-	23.709.743,08	23.709.743,08
Receita Patrimonial		-	-	3,45	3,45
Receitas de Serviços		11.339,00	11.339,00	9.221,54	-2.117,46
Outras Receitas Correntes		376.518,00	376.518,00	307.667,56	-68.850,44
Subtotal com Financ.		387.857,00	387.857,00	24.026.635,63	23.638.778,63
Déficit	5 (p. 20)	-	-	1.739.124.553,74	1.739.124.553,74
TOTAL		387.857,00	387.857,00	1.763.151.189,37	1.762.763.332,37
Créditos Adicionais Abertos			6.668.585,00		-6.668.585,00
Superávit Financeiro			5.507.434,00		
Créditos Cancelados			1.161.151,00		

DESPESAS	NE	DOT. INICIAL	DOT. ATUALIZ.	DESP. EMP	DESP LIQ	DESP PAGAS	SD DA DOT.
Desp. Corrente		1.733.806.577,00	1.740.475.162,00	1.749.085.946,41	1.277.193.444,68	1.275.296.283,15	-8.610.784,41
Pes/Enc. Sociais		1.243.551.665,00	1.266.220.250,00	1.419.370.281,55	1.087.726.115,70	1.087.726.115,70	-153.150.031,55
Out. Desp. Corr.		490.254.912,00	474.254.912,00	329.715.664,86	189.467.328,98	187.570.167,45	144.539.247,14
Desp de Capital		75.492.025,00	75.492.025,00	14.065.242,96	5.041.118,64	5.028.988,68	61.426.782,04
Res. de Conting.		-	-	-	-	-	-
TOTAL	16 (p. 21)	1.809.298.602,00	1.815.967.187,00	1.763.151.189,37	1.282.234.563,32	1.280.325.271,83	52.815.997,63

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR (R\$)

NÃO PROCESSADOS	NE	INSC EX. ANT (A)	INSC 31.12.21 (B)	LIQUID. (C)	PAGOS (D)	CANC. (E)	SD (F=A+B-D-E)
Despesas Correntes		1.210.045,85	36.218.924,95	31.013.005,64	31.013.005,64	1.268.712,58	5.147.252,58
Pes./Enc. Sociais		265.396,00	-	263.366,51	263.366,51	-	2.029,49
Out. Desp. Correntes		944.649,85	36.218.924,95	30.749.639,13	30.749.639,13	1.268.712,58	5.145.223,09
Despesas de Capital		-	4.531.971,94	3.442.188,20	3.442.188,20	504.972,91	584.810,83
Investimentos		-	4.531.971,94	3.442.188,20	3.442.188,20	504.972,91	584.810,83
TOTAL	17 (p. 22)	1.210.045,85	40.750.896,89	34.455.193,84	34.455.193,84	1.773.685,49	5.732.063,41

PROCESSADOS /NÃO PROC. LIQUIDADOS	NE	INSC EM EX. ANT.	INSCR. EM 31.12.21	PAGOS	CANCELADOS	SALDOS
Despesas Correntes		73.371.847,40	17.775.375,68	6.409.508,85	-	84.737.714,23
Pes./Enc. Sociais		-	6.065.303,42	4.980.511,94	-	1.084.791,48
Outras Despesas Correntes		73.371.847,40	11.710.072,26	1.428.996,91	-	83.652.922,75
Despesas de Capital		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
Investimentos		80.774,79	22.412,35	-	-	103.187,14
TOTAL	17 (p. 22)	73.452.622,19	17.797.788,03	6.409.508,85	-	84.840.901,37

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 14 – RECEITAS CORRENTES

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme observa-se no Capítulo 7 – Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2021, em sua 2ª versão de 6/3/2020. A Secretaria do Tesouro Nacional (STN), após consulta desta Setorial, ratificou as referidas impropriedades, por meio do documento SIAFI 2017/1518536.

NOTA 15 – DÉFICIT EM RECEITAS REALIZADAS

O déficit de arrecadação do STJ, presente no Balanço Orçamentário, decorre de o Tribunal não ser órgão arrecadador de receita. Os recursos das custas judiciais (receita arrecadada pela Corte) são materialmente irrelevantes frente às necessidades de manutenção (pessoal, material, serviços) do órgão. Por essa razão, o STJ é mantido com recursos oriundos das mais diversas atividades do Estado, que são disponibilizados pelo Tesouro Nacional ao longo do exercício, observando os limites dispostos na Lei Orçamentária Anual.

NOTA 16 – DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DA PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1. O Orçamento disponibilizado para o STJ na Lei Orçamentária Anual de 2022 (Lei 14.303/2022) é de R\$ 1.809.298.602,00, conforme sistema SIAFI, conta contábil 52211.01.01, e Balanço Orçamentário constante da página anterior.

2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na Lei Orçamentária de 2022 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 32 da Lei 14.194/2021 (LDO).

3. As movimentações externas de crédito até o momento são enquadradas como destaques recebidos, em sua maioria para pagamento de precatórios e RPVs, e como destaques concedidos a outros órgãos, em sua maioria em virtude da ocupação de parte das dependências do CJF pela ENFAM e de parte dos imóveis funcionais do Senado por ministros do STJ. Ambas somam, respectivamente, R\$ 594.744.587,63 e R\$ 1.697.963,62. Houve provisões concedidas para a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (ENFAM), no valor total de R\$ 14.226.806,00.

4. Em 2022, até o presente momento, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento.

5. O Anexo VIII demonstra a evolução da execução orçamentária detalhada da UO 11101 registrada na LOA de 2022.

6. Na segunda tabela do quadro 'Execução das Receitas e Despesas Orçamentárias', do total de R\$ 1.815.967.187,00 (Dotação Atualizada), 97,09% (R\$ 1.763.151.189,37) foram empenhados. Destes, aproximadamente 72,62% (R\$ 1.280.325.271,83) já foram liquidados e pagos. Consta, do quadro a seguir, o detalhamento dessa execução orçamentária por elemento de despesa:

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS A	DESPESAS LIQUIDADAS B	% LIQUIDADO (B/A)
APOSENTADORIAS, RESERVA REMUNERADA E REFORMAS	231.254.374,68	223.782.495,71	96,77%
PENSÕES	45.480.922,67	42.676.798,01	93,83%
CONTRIBUIÇÃO A ENTIDADE FECHADA PREVIDÊNCIA	4.400.000,00	2.892.844,99	65,75%
OUTROS BENEF.ASSIST. DO SERVIDOR E DO MILITAR	6.680.000,00	3.875.241,49	58,01%
VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS – PESSOAL CIVIL	656.160.000,00	428.131.041,06	65,25%
OBRIGAÇÕES PATRONAIS	132.500.000,00	83.101.506,99	62,72%
DIÁRIAS – PESSOAL CIVIL	565.000,00	295.821,62	52,36%
OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS – PESSOAL CIVIL	3.750.000,00	3.106.478,71	82,84%
MATERIAL DE CONSUMO	8.606.693,25	3.334.159,23	38,74%
MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DIST.GRATUITA	1.986,21	160,00	8,06%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	2.440.280,48	1.767.540,89	72,43%
SERVIÇOS DE CONSULTORIA	79.000,00		0,00%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – P.FISICA	449.744,88	303.030,78	67,38%
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	132.374.701,82	73.117.005,33	55,23%
OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORC.	88.620.241,45	55.095.663,75	62,17%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	51.493.428,42	26.676.716,56	51,81%
AUXÍLIO-ALIMENTAÇÃO	30.000.000,00	21.451.761,74	71,51%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	157.620,17	71.437,98	45,32%
AUXÍLIO-TRANSPORTE	160.000,00	20.552,92	12,85%
OBRAS E INSTALAÇÕES	4.021.029,10	52.800,00	1,31%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	1.668.076,20	1.143.251,56	68,54%
PENSÕES ESPECIAIS	51.688,00	36.360,00	70,35%
SENTENÇAS JUDICIAIS	326.854.111,86	285.663.180,54	87,40%
DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	23.087.500,89	17.722.332,45	76,76%

INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	6.654.789,29	3.437.847,80	51,66%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	5.640.000,00	4.478.533,21	79,41%
TOTAL	1.763.151.189,37	1.282.234.563,32	72,72%

7. Em atenção à Macrofunção SIAFI 02.11.42, itens 8.3.2 e 8.3.2.2, foram registrados na conta 86331.01.00 (Despesa com Pessoal a Executar – RGF), as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente, informadas no Relatório de Gestão Fiscal do 2º quadrimestre.

NOTA 17 – EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR

No quadro ‘Execução dos Restos a Pagar não Processados’, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31.12.2021 totalizou R\$ 41.960.942,74, dos quais 82,11% foram pagos e 4,23% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 23.740.569,05 referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ (ver Empenho 2021NE000033).

No quadro ‘Execução dos Restos a Pagar Processados e não Liquidados’, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61, Empenho 2015NE000342, ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 07171299/0001-96;
- R\$ 70.438.247,72, Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

No decorrer do exercício, a execução dos empenhos inscritos em restos a pagar é monitorada conforme instruções nos Processos STJ 18.218/2020 e 117/2021.

Foi inscrito em restos a pagar, processados e não processados, no encerramento do exercício anterior, o total de R\$ 58.548.684,92, assim distribuído: Grupo 3.1.0.0.00.00 – Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 6.065.303,42); Grupo 3.3.0.0.00.00 – Outras Despesas Correntes (R\$ 47.928.997,21); e Grupo Investimentos 4.4.0.0.00.00 – Investimentos (R\$ 4.554.384,29).

Os restos a pagar reinscritos, não processados e processados, foram respectivamente R\$ 1.210.045,85 e R\$ 73.452.622,19.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterá, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, às empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa.

Os demonstrativos desta Corte podem ser consultados no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

A tabela a seguir detalha a execução dos empenhos inscritos e reinscritos em restos a pagar não processados (RPNP):

ELEMENTO DE DESPESA	RPNP Inscritos e Reinscritos A	RPNP LIQUIDADOS B	RPNP CANCELADOS C	% LIQUIDADOS B/A	% CANCELADOS C/A
MATERIAL DE CONSUMO	1.936.023,05	1.297.730,82	209.753,91	67,03%	10,83%
PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	417.157,41	103.694,55		24,86%	0,00%
SERVICOS DE CONSULTORIA	152.256,00	57.836,00		37,99%	0,00%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS – P.FISICA	19.693,41	19.049,08	644,33	96,73%	3,27%
LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	2.563.272,15	707.110,10	322.732,65	27,59%	12,59%
OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS PJ – OP.INT.ORC.	28.272.252,62	26.340.126,05	331.640,21	93,17%	1,17%
SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – PJ	3.622.748,61	1.958.429,47	278.096,05	54,06%	7,68%
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	26.161,95	5.941,48	353,51	22,71%	1,35%
OBRAS E INSTALAÇÕES	368.747,90	148.412,13		40,25%	0,00%
EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	3.658.032,53	3.159.508,96	498.523,57	86,37%	13,63%
SENTENÇAS JUDICIAIS	115.000,00	56.769,11		49,36%	0,00%
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	537.499,11	337.219,58	131.941,26	62,74%	24,55%
RESSARCIMENTO DESPESAS PESSOAL REQUISITADO	272.098,00	263.366,51		96,79%	0,00%
TOTAL	41.960.942,74	34.455.193,84	1.773.685,49	82,11%	4,23%

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

É o demonstrativo contábil no qual se confrontam, num dado momento, as receitas e as despesas orçamentárias deste Tribunal, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que irão se transferir para o exercício seguinte.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades do STJ. No Balanço Financeiro, é possível identificar a apuração do resultado financeiro.

O uso do conceito de conta única, derivado do princípio de unidade de tesouraria (arts. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), exige que todas as receitas e as despesas, orçamentárias e extraorçamentárias, sejam controladas em um único caixa. Dessa forma, no Balanço Financeiro, os saldos oriundos do exercício anterior e os destinados ao exercício seguinte estão concentrados no grupo Caixa e Equivalentes de Caixa.

DEMONSTRATIVO

DOS INGRESSOS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R\$)	2021 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		24.026.635,63	23.458.207,17
Vinculadas		24.077.246,28	23.529.327,23
Outros Recursos Vinc. a Órgãos e Programas		24.077.246,28	23.529.189,67
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-50.610,65	-71.120,06
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		1.748.303.569,23	1.501.568.756,29
Resultantes da Execução Orçamentária		1.748.130.557,49	1.501.365.139,30
Cota Recebida		1.742.516.323,23	1.492.011.190,12
Repasso Recebido		5.032.436,67	3.850.681,98
Independentes da Execução Orçamentária		173.011,74	203.616,99
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	18 (p. 26)	495.257.517,16	437.823.007,41
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		1.909.291,49	786.455,75
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		480.916.626,05	424.374.366,49
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		886.875,15	1.121.754,81
Outros Recebimentos Extraorçamentários		11.544.724,47	11.540.430,36
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		373.294.689,09	292.177.885,69
Caixa e Equivalentes de Caixa		373.294.689,09	292.177.885,69
TOTAL		2.640.882.411,11	2.255.027.856,56

DOS DISPÊNDIOS

DESCRIÇÃO	NE	2022 (R\$)	2021 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		1.763.151.189,37	1.430.404.405,21
Ordinárias		1.444.777.713,88	1.032.166.057,20
Vinculadas		318.373.475,49	398.238.348,01
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS		93.214.370,41	110.291.981,40
Resultantes da Execução Orçamentária		57.479.378,58	75.098.205,43
Repasso Concedido		725.183,53	1.105.708,38
Sub-repasso Concedido		14.226.806,00	10.760.870,60
Independentes da Execução Orçamentária		35.734.991,83	35.193.775,97
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		46.301.364,61	34.261.225,62
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	17 (p. 22)	6.409.508,85	2.562.603,07
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	17 (p. 22)	34.455.193,84	26.738.946,91
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	01 (p. 8)	975.026,05	1.133.699,26
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	19 (p. 22)	738.215.486,72	680.070.244,33
Caixa e Equivalentes de Caixa		738.215.486,72	680.070.244,33
TOTAL		2.640.882.411,11	2.255.027.856,56

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 18 – RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 1.909.291,49 e de R\$ 480.916.626,05, embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados, respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos pelo STJ no exercício corrente e que ainda não foram pagos.

Tal informação no Balanço Financeiro como 'Ingresso Extraorçamentário' serve apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros 'INGRESSOS' e 'DISPÊNDIOS', já que este órgão ainda não recebeu a totalidade dos recursos financeiros consignados na Lei Orçamentária Anual (LOA).

O saldo será equalizado no decorrer do exercício com o envio gradual, pela STN, das cotas financeiras ao STJ.

NOTA 19 – SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE/CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O saldo de R\$ 738.215.486,72 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e ao saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2022 corresponderá ao total da dotação atualizada para o STJ, em consonância com a Lei Orçamentária Anual (LOA), incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (DFC)

Relaciona as saídas e as entradas de recursos em espécie no caixa, classificadas em fluxo operacional, de investimento e de financiamento, durante o período, e indica também o resultado desses fluxos.

CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS DA DFC

A Geração Líquida de 'Caixa e Equivalentes de Caixa' é igual ao resultado financeiro apurado no Balanço Financeiro, que corresponde ao fluxo líquido (entradas menos saídas) de recursos durante o período.

Em **agosto** de 2022, o valor do fluxo de caixa líquido do STJ correspondeu à soma dos Fluxos Operacional e de Investimento, perfazendo o montante de R\$ 364.920.797,63. Esse resultado somado à rubrica 'Caixa e Equivalente de Caixa Inicial' do exercício, no valor de R\$ 373.294.689,09, revelou um montante de R\$ 738.215.486,72.

Este valor encontra-se conciliado com o montante registrado na rubrica 'Caixa e Equivalente de Caixa' do Balanço Patrimonial (BP) e no 'Saldo para Exercício Seguinte', apurado no Balanço Financeiro (BF). Parte do valor da rubrica 'Caixa e Equivalente de Caixa' é referente às disponibilidades financeiras para fazer frente às despesas inscritas em Restos a Pagar.

Até o presente período, não houve fluxo de caixa de atividades de financiamento, ou seja, não houve operações de crédito ou outras atividades congêneres.

DEMONSTRATIVO

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	NE	373.391.974,51	396.374.461,55
		2022 (R\$)	2021 (R\$)
INGRESSOS	20	1.784.761.649,46	1.537.689.148,63
Receita Tributária		23.709.743,08	23.149.996,61
Receita Patrimonial		3,45	-
Receita de Serviços		9.221,54	7.918,71
Outras Receitas Derivadas e Originárias		307.667,56	300.291,85
Outros Ingressos das Operações		1.760.735.013,83	1.514.230.941,46
Ingressos Extraorçamentários		886.875,15	1.121.754,81
Transferências Financeiras Recebidas		1.748.303.569,23	1.501.568.756,29
Arrecadação de Outra Unidade		11.544.569,45	11.540.430,36
DESEMBOLSOS		-1.411.369.674,95	-1.141.314.687,08
Pessoal e Demais Despesas		-1.213.012.876,69	-939.681.159,79
Judiciário		-663.645.843,27	-636.733.787,99
Previdência Social		-267.487.172,68	-268.073.464,82
Encargos Especiais		-281.875.830,06	-34.873.556,98
Transferências Concedidas		-99.705.765,93	-86.382.220,25
Intragovernamentais		-99.705.765,93	-86.382.220,25
Outros Desembolsos das Operações		-98.651.032,33	-115.251.307,04
Dispêndios Extraorçamentários		-975.026,05	-1.133.699,26
Transferências Financeiras Concedidas		-93.214.370,41	-110.291.981,40
Demais Pagamentos		-4.461.635,87	-3.825.626,38
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-8.471.176,88	-8.482.102,91
		2022 (R\$)	2021 (R\$)
DESEMBOLSOS		-8.471.176,88	-8.482.102,91
Aquisição de Ativo Não Circulante		-4.491.842,69	-3.547.158,29
Outros Desembolsos de Investimentos		-3.979.334,19	-4.934.944,62
Geração Líquida De Caixa e Eq. de Caixa		364.920.797,63	387.892.358,64
Caixa e Equivalentes de Caixa Inicial		373.294.689,09	292.177.885,69
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		738.215.486,72	680.070.244,33

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 20 – INGRESSOS

Trata-se do registro das receitas derivadas e originárias relacionadas com a cobrança das custas devidas à União que tenham como fato gerador a prestação de serviços públicos de natureza forense no âmbito do Tribunal, quando do ingresso de recursos originários e/ou recursal no STJ (Lei 11.636/2007), bem como as cotas financeiras recebidas até a presente data, para custear a execução orçamentária deste Órgão.

ANEXOS

ANEXO I

RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	AGOSTO/2022 (R\$)	%
0100 – Recursos Ordinários	630.998.555,61	85,6218%
0127 – Custas e Emolumentos (Poder Judiciário)	6.113.190,68	0,8295%
0144 – Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	70.438.247,72	9,5579%
0150 – Recursos não Financ. Diretamente Arrecadados	5.376.887,48	0,7296%
0151 – Recursos Livres da Seguridade Social	1.002.350,35	0,1360%
0156 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	1.596.185,95	0,2166%
0169 – Contrib. Patronal P/ Plano Segurid. Soc. Serv.	1.001.659,73	0,1359%
0170 – Recursos Próprios Primários Aplicação Específica	3,45	0,0000%
0175 – Taxas por Serviços Públicos	1.151.310,90	0,1562%
0188 – Recursos Financeiros de Livre Aplicação	18.540.975,16	2,5159%
0350 – Rec não Financ. Diret. Arrecadados (Exerc. Ant.)	740.800,90	0,1005%
TOTAL	736.960.167,93	100,000%

ANEXO II

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ AGOSTO DE 2022 (R\$)				DEZ/2021 (R\$)	%
MATERIAIS DE CONSUMO	ENTRADAS	SAÍDAS	SALDO FINAL	SALDO FINAL	VAR 2022/2021
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	595.709,65	595.709,65	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	6.384,00	6.384,00	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	689.266,31	689.266,31	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	146.873,12	146.873,12	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	36.728,54	7.534,52	38.054,32	8.860,30	329,49%
Material Químico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material Educativo e Esportivo	2.675,00	2.675,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	11.510,00	11.510,00	84,50	84,50	0,00%
Material para Expediente	46.489,21	87.686,76	172.551,35	213.748,90	-19,27%
Material de Processamento Dados	62.485,32	107.905,83	107.112,15	152.532,66	-29,78%
Material de Acondicionamento e Embalagem	21.152,18	16.010,08	65.204,77	60.062,67	8,56%
Material de Cama, Mesa e Banho	2.337,70	2.337,70	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	42.709,62	61.395,60	33.791,27	52.477,25	-35,61%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	254.206,31	324.147,62	207.694,13	277.635,44	-25,19%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	51.726,65	51.726,65	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	516.015,93	412.112,48	512.350,64	408.447,19	25,44%
Material para Manutenção de Bens Móveis	301.290,29	193.995,51	178.071,31	70.776,53	151,60%
Material Elétrico e Eletrônico	1.020.367,01	399.782,40	1.488.187,69	867.603,08	71,53%
Material de Proteção e Segurança	84.821,75	73.850,26	13.968,34	2.996,85	366,10%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	19,50	637,86	739,47	1.357,83	-45,54%
Material para Comunicações	200.561,70	110.220,92	1.023.801,29	933.460,51	9,68%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	4.318,23	4.318,23	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	128.281,81	139.799,11	72.981,44	84.498,74	-13,63%
Material para Manutenção de Veículos	226.678,46	226.678,46	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	0,00	741,20	7.539,90	8.281,10	-8,95%
Ferramentas	1.955,20	2.445,53	8.630,92	9.121,25	-5,38%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	405,00	405,00	288,96	288,96	0,00%
Material Bibliográfico	174.971,60	174.971,60	0,00	0,00	0,00%
Material Para Divulgação	17.592,00	17.592,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flâmulas e Insígnias	5.420,00	5.420,00	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	7.767,80	8.624,80	2.435,58	3.292,58	-26,03%
TOTAL	4.660.719,89	3.882.758,20	3.933.488,03	3.155.526,34	24,65%

ANEXO III

RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ AGOSTO DE 2022 (R\$)				DEZ/2021 (R\$)	VAR(%) 22/21
DESCRIÇÃO	ENTR/REAVL.	SAÍDAS/BX DEPR/RED VALOR RECUP.	A SALDO FINAL	SALDO FINAL	%
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	3.581,28	61.976,80	65.558,08	-5,46%
Aparelhos e Equip. de Comunicação	17.300,00	146.562,24	4.693.115,85	4.822.378,09	-2,68%
Aparelhos Médicos e Odontológicos	0,00	12.294,41	612.560,66	624.855,07	-1,97%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	299.080,75	15.511,96	1.010.858,00	727.289,21	38,99%
Armamentos	0,00	21.896,70	265.037,71	286.934,41	-7,63%
Coleção e Materiais Bibliográficos	0,00	0,00	808.754,00	808.754,00	0,00%
Equipamentos de Segurança	0,00	31.987,62	3.973.147,42	4.005.135,04	-0,80%
Equip. Industrial	26.407,00	0,00	26.407,00	0,00	0,00%
Equipamentos Energéticos	141.040,00	94,52	847.589,67	706.644,19	19,95%
Equipamentos Gráficos	0,00	0,00	60.567,19	60.567,19	0,00%
Equipamentos de Áudio e Vídeo	707.084,09	105.661,45	13.203.906,09	12.602.483,45	4,77%
Máquinas, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	0,00	57.819,03	57.819,03	0,00%
Material TIC	10.254,00	54.043,57	21.450.958,81	21.494.748,38	-0,20%
Máquinas de escritório	0,00	3.470,01	194.702,45	198.172,46	-1,75%
Ativos de rede*	0,00	0,00	6.026.542,32	6.026.542,32	0,00%
Máquinas de oficina	0,00	2.514,64	107.466,89	109.981,53	-2,29%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	1.068,45	703.327,26	704.395,71	-0,15%
Computadores*	1.786.997,08	0,00	2.303.228,64	516.231,56	346,16%
Mobiliário em Geral	1.000.420,53	64.925,83	7.526.851,38	6.591.356,68	14,19%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	750,00	0,00	417.722,01	416.972,01	0,18%
Impressoras*	369.976,00	0,00	462.111,01	92.135,01	401,56%
Telefonia	0,00	335,00	1.165.448,98	1.165.783,98	-0,03%
Veículos Diversos	3.410,00	10.486,98	231.892,47	238.969,45	-2,96%
Peças não Incorporadas ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	0,00	133.225,60	11.056.786,85	11.190.012,45	-1,19%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	4.362.719,45	607.660,26	88.592.659,01	84.837.599,82	4,426%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta Material de TIC

ANEXO IV

Bens em Poder de Terceiros	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	5.876,66
Sala da Engemil	432.101,75	69.204,83
Sala da Gráfica Digital	238.119,73	77.108,97
Sala da RCS Tecnologia	125.473,91	63.096,09
Sala da Staefa	44.141,28	13.260,24
Sala dos Estoquistas	70.513,86	23.186,41
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Comércio e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,35	32.476,01
Estúdio Fotográfico	321.086,59	122.050,01
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	7.447,29
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.738.429,00	631.894,72
Restaurante	880.796,19	231.716,05
Total	7.950.076,78	1.280.138,30

Cedidos a outros Órgãos	Valor Total (R\$)	Valor Total Geral (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Seção Judiciária de Alagoas – TRF5	86.967,60	83.054,13
Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	31.463,25
Total	460.917,60	121.876,40

Em processo de Localização	Valor de Entrada (R\$)	Valor Líq. Contábil (R\$)
Diversos	47.135,76	7.294,67

Termos de Cessão de Uso	Receitas (Agosto)
Sicoob Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	R\$ 13.396,89
Banco Santander – Termo de Cessão de Uso 02/2017	R\$ 112.864,61
Banco do Brasil – Termo de Cessão de Uso 04/2017	R\$ 169.404,96
Banco Bradesco – Termo de Cessão de Uso 03/2017	R\$ 80.189,80
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	R\$ 1.914,10
Caixa Econômica Federal – Termo de Cessão de Uso 02/2016	R\$ 102.116,99
ECT – Termo de Cessão de Uso 01/2017	R\$ 3.354,83
ASAJUS – Termo de Cessão de Uso 01/2018	R\$ 1.874,32
UNICEUB – Termo de Cessão de Uso 15/2019	R\$ 4.377,40
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	R\$ 8.719,89
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	R\$ 1.000,00
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	R\$ 3.093,58
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019*	-
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019*	-
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019*	-
Amerigel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019*	-
Total	R\$ 502.307,37

* Até o momento não foram apresentados valores pela unidade gestora.

ANEXO V

DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
DESCRIÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	AGOSTO/2022 (R\$)
Sede do Superior Tribunal de Justiça - SAF Sul Qd. 6 Lote 01	9701052595007	337.020.147,51
Sede da Ass. dos Serv. do STJ – SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.097.044,98
Residencial – SHIS QL 14 Conjunto 10 casa 06	9701050905009	1.721.043,23
Garagem – SGON Qd. 2 Lts. 10 e 20	9701002515000	1.312.995,81
Garagem – SGON Qd. 3 Lts. 50 e 80	9701158125004	1.612.916,64
Terreno – SCEES Trecho 3 Lt. 07	9701337945006	71.853.019,3
Armazém/Galpões – SGON Qd. 4 Lt. 5	9701237085005	2.462.027,37
TOTAL		417.079.194,84

ANEXO VI

TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	VALOR REG.*	SALDO REPASSADOS**	SD. ATUAL A REP.
ED1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
ED1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	566.400,71	1.700.693,37
ED1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	11.929,33	47.717,32
ED1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	28.926,00	115.704,00
ED1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	234.666,66	565.333,34
688941	STF-STJ 05/2016 TV Justiça	76.747,00	33.386,43	43.360,57
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	536.964,31	603.035,69
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.566.812,35	374.379,38
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	1.575.982,80	1.339.585,40	236.397,40
TOTAL		8.305.292,26	4.618.671,19	3.686.621,07

* Valores Firmados (71221.02.01)

** Saldo Repassado (81221.02.02 + 81221.02.03)

ANEXO VII

Passivos de Precatórios 2.7.2021 – 31.12.2021

UG	Denominação/Doc. SIAFI	Saldo (R\$)
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) 2021PA000571	132.501,31
170013	Ministério da Economia (MARE) 2021PA000573	186.869,52
110407	Ministério da Defesa 2021PA000574	442.934,90
170013	Ministério da Economia 2021PA000575	61.517.140,95
250088	Ministério da Saúde 2021PA000576	907.566,04
170013	Ministério da Economia (MPOG) 2021PA000577	5.348.655,75
170013	Ministério da Economia (União) 2021PA000578	770.146,60
TOTAL		69.305.815,07

Passivos de Precatórios – LOA 2022

UG	Denominação/Doc SIAFI	Saldo (R\$)
110060	Advocacia Geral da União (AGU) 2021PA000271	0,00
113802	Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) 2021PA000272	1.521.681,28
373001	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2021PA000273	0,00
510002	Instituto Nacional de Seguridade Social 2021PA000274	324.110,30
170013	Ministério da Economia (MARE) 2021PA000275	25.172.546,20
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento 2021PA000276	0,00
130101	Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento 2021PA000277	0,00
240102	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações 2021PA000278	2.106.177,30
110407	Ministério da Defesa 2021PA000279	30.689.553,94
772001	Marinha 2021PA000282	249.672,58
150014	Ministério da Educação 2021PA000283	110.467,77
170013	Ministério da Economia (MDIC) 2021PA000284	70.075,30
200094	Ministério da Justiça 2021PA000285	1.052.124,84
330002	Ministério do Trabalho e Previdência Social 2021PA000286	463.934,70
250088	Ministério da Saúde 2021PA000287	1.481.602,07
440002	Ministério do Meio Ambiente 2021PA000289	0,00
400042	Ministério do Trabalho e Emprego (Extinto) 2021PA000291	32.940,97
390002	Ministério da Infraestrutura 2021PA000292	1.117.072,08
173039	Superintendência de Seguros Privados 2021PA000293	0,00
154046	Universidade Federal de Ouro Preto 2021PA000294	0,00
170013	Ministério da Economia – MPOG 2021PA000297	56.025.915,23
170013	Ministério da Economia – MFAZ 2021PA000424	519.784.838,41
170013	Ministério da Economia – União 2021PA000425	3.765.703,01
120002	Aeronáutica 2021PA000440	1.178.118,40
TOTAL		645.146.534,38

ANEXO VIII

EXECUÇÃO DA LOA 2022

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 1.684.375.322,00					
SD EXEC %		PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)				
PROGRAMA							
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.804.655.036,00	982.130.265,60	54,42%				
0909 – Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	171.688,00	36.360,00	21,18%				
0999 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%				
FUNÇÃO							
02 – Judiciária	1.395.238.665,00	714.847.014,31	51,23%				
09 – Previdência Social	409.416.371,00	267.283.251,29	65,28%				
28 – Encargos Especiais	171.688,00	36.360,00	21,18%				
99 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%				
SUBFUNÇÃO							
061 – Ação Judiciária	429.898.483,00	123.458.906,73	28,72%				
122 – Administração Geral	700.525.651,00	442.450.268,58	63,16%				
128 – Formação de Recursos Humanos	14.226.806,00	3.869.738,96	27,20%				
272 – Previdência do Regime Estatutário	409.416.371,00	267.283.251,29	65,28%				
301 – Atenção Básica	116.139.670,00	63.672.537,50	54,82%				
846 – Outros Encargos Especiais	134.619.743,00	81.431.922,54	60,49%				
999 – Reserva de Contingência	11.140.463,00	0,00	0,00%				
GRUPO DE DESPESA							
1 – Pessoal e Encargos Sociais	1.250.220.250,00	789.653.947,56	63,16%				
3 – Outras Despesas	490.254.912,00	187.483.689,36	38,24%				
4 – Investimentos	75.492.025,00	5.028.988,68	6,66%				
9 – Reserva de Contingência	-	-	0,00%				
FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL	3 – O.D.C	4 – INVEST	9 – RES	TOTAL	EXECUTADO	%
100	522.370.696,27	125.546.121,96	5.028.988,68	0,00	1.289.902.569,00	652.945.806,91	50,62%
127	0,00	23.779.422,39	0,00	0,00	42.470.802,00	23.779.422,39	55,99%
150	0,00	0,00	0,00	0,00	11.339,00	0,00	0,00%
151	0,00	36.360,00	0,00	0,00	201.448.741,00	36.360,00	0,02%
156	84.476.246,02	0,00	0,00	0,00	98.948.553,00	84.476.246,02	85,37%
169	182.807.005,27	0,00	0,00	0,00	182.808.665,00	182.807.005,27	100,00%
175	0,00	0,00	0,00	0,00	376.518,00	0,00	0,00%
188	0,00	38.121.785,01	0,00	0,00	0,00	38.121.785,01	100,00%
300	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
TOTAL	789.653.947,56	187.483.689,36	5.028.988,68	0,00	1.815.967.187,00	982.166.625,60	54,09%

DECLARAÇÃO DO CONTADOR

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, e pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/20/2018), **relativas a agosto de 2022**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – Órgão 11000.

Brasília, 23 de setembro de 2022.

Alanclei Barros

CONTADOR
CRC – 016293/O-0

Apoio Técnico

Gabriel de Araújo Sobrinho
José Jorge de Lima Neto
Vanôres Ferreira da Silva Júnior

À Ordenadora de Despesas,

Encaminhamos para ciência, análise e eventuais considerações as Demonstrações Contábeis da UG 050001, acompanhadas de notas explicativas e da declaração do Contador, tendo **agosto** como mês de referência.

Desconhecendo restrições contábeis para o período analisado, **não emitiremos quaisquer recomendações de ajustes.**

Considerando que o STJ passou a reconhecer, nas contas de controle do SIAFI 86331.01.00 (Despesa com Pessoal a Executar – RGF), as despesas de pessoal não executadas orçamentariamente, **recomendamos que a CPAG** passe a informar mensalmente, nos processos de folha de pagamento normal do mês, o saldo atualizado da referida conta.

Respeitosamente,

Alanclei Barros

Chefe da Seção de Conformidade e Orientação Contábil

23.9.2022